

# Contrastando o português paulista e o português gaúcho: interpretação da formalidade dos pronomes sujeito de segunda pessoa do singular

Ronan Pereira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade NOVA de Lisboa, CLUNL, Lisboa, Portugal

## Abstract

Brazilian Portuguese, regarding its second person singular pronouns, is seen by some authors as a dyadic system: the pronoun "você" is the informal pronoun, while "o senhor" is used in situations that require more formality. Although the canonical informal pronoun "tu" still occurs, it is considered that "tu" and "você" are not in complementary distribution, their choice being mostly the result of diatopic variation, with a region where the use of "você" is dominant (e.g. the state of São Paulo), another one where the use of "tu" is dominant (e.g. the state of Rio Grande do Sul), and their more balanced coexistence in a third zone (the largest one in territory). Also, when "tu" occurs, it is generally followed by a verb with third person inflection morphology, although differences can be observed regarding this phenomenon as well. Pereira (2021), based on the specific scenario found in Rio Grande do Sul (predominance of "tu", with low rates of canonical inflection), conducted a formality judgement test with native speakers of that dialect and found out they actually attributed different levels of formality regarding the type of pronoun used in the sentences, evincing what seems to be a triadic system, at least regarding the speakers' representation, composed by, from the most informal to the most formal, "tu" (with third person inflection), "você" – paired with "tu" with the canonical inflection –, and "o senhor". Thus, this study aimed to replicate Pereira's (2021) study with participants who lived and had been raised in the state of São Paulo, since "você" is predominant there. The results showed a similar gradient of formality, although not identical averages, with different sociolinguistic factors (age, schooling, and gender) affecting the results. Moreover, "tu" with the canonical inflection was paired to "o senhor" at the formal extreme of the scale, which might be due to the fact it is a rarer form and speakers only have contact with it in situations regarded as formal (e.g., in Portuguese grammars or textbooks at school). Thus, the data and comparisons brought out in this study demonstrate the relevance of uniting different methodologies as to reach more robust conclusions regarding the different phenomena in variation in Brazilian Portuguese.

**Keywords:** Brazilian Portuguese, Paulista Portuguese, second person singular, formality judgement, linguistic variation.

**Palavras-chave:** Português brasileiro, português paulista, segunda pessoa do singular, julgamento de formalidade, variação linguística.

## 1. Introdução

As línguas mudam naturalmente durante um longo e contínuo processo de mudança linguística que pode resultar na emergência de línguas novas, como no caso do surgimento das línguas românicas a partir do latim (McCleary, 2009; Silva, 2009). Esse processo de mudança também acarreta diferenças dentro da mesma língua, como é o caso das variedades brasileira (PB) e europeia (PE) do português. Aliás, mesmo que se possa falar em variedades nacionais, elas tampouco são homogêneas. Por exemplo, considerando-se o paradigma pronominal do PB, pode-se observar que, sendo o "tu" o pronome canônico de segunda pessoa do singular no português, foi substituído no Brasil pelo pronome "você" até mesmo em interações que exibem maior informalidade/intimidade, em oposição ao PE, que mantém traços mais formais atrelados a esse pronome



(Nascimento, Mendes & Duarte, 2018). Contudo, essa substituição não se deu na mesma intensidade nas diversas regiões do Brasil, podendo-se verificar diferenças diatópicas no uso e na frequência dessas formas pronominais (Scherre *et al.*, 2015; entre outros).

Deste modo, este trabalho propõe-se a analisar o nível de formalidade atribuído às diferentes formas de referência ao interlocutor existentes no PB, cingindo o estudo à população do estado de São Paulo (SP), área considerada de prevalência do pronome “você” (Lopes & Cavalcante, 2011; Scherre *et al.*, 2015; entre outros), replicando o estudo elaborado por Pereira (2021) com a população do Rio Grande do Sul (RS), na qual a prevalência é de “tu”, e compará-los. Seguindo o referencial teórico que os estudos sobre tais pronomes utilizaram, este estudo também se apoia na Sociolinguística Variacionista (Labov, [1972] 2008), por considerar que, mais além da variação diatópica, é possível relacionar o comportamento linguístico dos indivíduos a variáveis de cunho social (*cf.* Weinreich, Labov & Herzog, 2006). De facto, perceber de que modo a variação e a mudança linguística ocorrem deve levar em conta as pressões sociais que os indivíduos sofrem no âmbito da vida da comunidade (Coan & Freitag, 2010).

De modo que se possa dar base teórica ao assunto, será feita primeiramente uma abordagem dos diferentes pronomes de segunda pessoa do singular no português brasileiro tanto em diacronia, quanto em sincronia e detalhar-se-á o estudo de Pereira (2021), que serve de base comparativa para este estudo (Secção 2). Em seguida, serão apresentadas as questões de investigação e hipóteses (Secção 3), a metodologia (Secção 4) e os resultados (Secção 5), para então se adentrar à discussão destes (Secção 6). O estudo encerra-se com as considerações finais (Secção 7).

## 2. Os pronomes de segunda pessoa do singular no português brasileiro

É notável o facto de que, no PB, o pronome canónico de segunda pessoa “tu” não é tão produtivo quanto no PE (Nascimento, Mendes & Duarte, 2018). De facto, o que os estudos que analisam o comportamento dos falantes do PB neste quesito apontam é para uma produção mais expressiva do pronome outrora formal “você”, o qual, apesar de produtivo também em PE, em especial durante interações assimétricas, se insere efetivamente no paradigma pronominal do PB (*ibidem*). No entanto, essa inserção não parece ter ocorrido simetricamente através do território brasileiro, podendo-se observar diferenças na frequência de utilização de “tu” e “você” em diferentes zonas do país (Lopes & Cavalcante, 2011; Scherre *et al.*, 2015; entre outros). Assim, esta secção apresenta dados sobre a variação existente entre os dois pronomes destacados no PB em diacronia e em sincronia. Por fim, expõe-se em detalhes a pesquisa de Pereira (2021), a qual serviu de base para este estudo.

### 2.1 Em diacronia

Para se compreender o surgimento do pronome “você” deve-se recuar no tempo até à altura em que o latim ainda era uma língua viva. Naquele momento, existiam apenas dois pronomes de segunda pessoa: “tu” para o singular (sendo este usado até mesmo em referências ao imperador) e “vós” para o plural. De acordo com Pereira (1935), a partir do imperador Deocleciano, começa-se a usar “vós” em referência ao imperador, pois estes passam a referir-se a si próprios como “nós”, representando, assim, uma coletividade, posteriormente estendida também a príncipes e bispos. O autor também comenta que essa inovadora distinção é tomada pelas línguas românicas, fazendo-se uso do “vós” toda vez que se pretendia demonstrar respeito ao interlocutor, tornando-se inadequado o uso de “tu” em relações assimétricas ascendentes, ou seja, de inferior a superior na relação de poder<sup>1</sup> (Cavalheiro, 2016).

Na língua portuguesa, observa-se um fenómeno similar ao que ocorreu com o “tu” no latim, desta vez a ocorrer com o “vós”. Com as mudanças sociopolíticas e culturais que acometeram a sociedade portuguesa a

<sup>1</sup> De acordo com a semântica do poder, a relação entre duas pessoas não é recíproca, tendo uma a capacidade de controlar o comportamento da outra. É determinada por meio de certas questões de ordem física, monetária, senioridade, de género, além de relações com instituições hierarquizadas como a Igreja, o Estado, o exército, etc. (Brown & Gilman, 1960).



partir do séc. XII observa-se uma mudança no tratamento utilizado com a burguesia, com os nobres e fidalgos, acarretando o uso indiscriminado de tal pronome (Cintra, 1972). Assim, a partir das regras decretadas pelo rei relativamente às formas de tratamento, surge a expressão “Vossa Mercê”. Esta forma nominal faz uso do pronome possessivo “vossa” e o nome “mercê”, levando o verbo a flexão de terceira pessoa do singular, imprimindo maior distanciamento do interlocutor (*ibidem*). “Vossa Mercê” também passa pelo mesmo processo de vulgarização do uso, estendendo-se primeiramente aos nobres e em seguida a outros membros da sociedade, sendo então substituído pela expressão “Vossa Alteza” nas referências ao rei (Carreira, 2003). Contudo, “Vossa Mercê” segue uma nova trajetória: sofre erosão fonética até formar “você” (e mais atualmente “cê”, com funcionamento de clítico no PB) (Lopes, 2015), perdendo, também, os traços de distanciamento e de formalidade entre os interlocutores que o caracterizam no PE atualmente (em oposição ao “tu” próximo e íntimo) (Nascimento, Mendes & Duarte, 2018).

Fazendo uso de registos escritos de indivíduos de diferentes origens e de diferentes séculos, diversos autores investigaram a tendência de inserção de “você” em ambientes mais informais no PB e visualizaram o processo de inserção desse pronome em diferentes etapas. Lopes (2006), por exemplo, analisa as cartas redigidas pelo Marquês de Lavradio no Rio de Janeiro (RJ) durante o séc. XVIII, observando uma distribuição relativamente equilibrada entre “tu” e “você” nessas cartas, com 57 e 67 ocorrências, respetivamente. Ela refere que o uso de “você”, em geral, marca relações assimétricas de superior para inferior. Contudo, já observa alternância entre “tu” e “você” numa mesma carta, a qual fora dirigida a um amigo do Marquês. Além disso, o uso de “você” é frequente quando o autor tenciona transparecer um tom de piada, de ironia ou de grosseria. No mesmo estudo, a autora faz uso de um *corpus* de cartas pessoais redigidas por membros da família Ottoni no séc. XIX, também no RJ. Neste caso, “tu” surge como a forma preferida de referência à segunda pessoa, ocorrendo 96 vezes, em contraste a “você”, que ocorre 12 vezes.

O trabalho de Menon (2000) considerou cartas redigidas por indivíduos oriundos de diferentes regiões do país. O material mais antigo é das décadas de 1870 e 1880, escritas pelo Conselheiro Lafayette em Minas Gerais (MG). Nas suas produções, observa-se apenas o uso de “tu”.<sup>2</sup> Outras correspondências do fim do séc. XIX e do início do séc. XX são as redigidas e recebidas por Bueno Brandão (MG), além das correspondências de Euclides da Cunha (RJ). Sobre aquelas, a autora aponta uma diversidade grande nas formas de segunda pessoa, sendo a variação “tu/você” mais frequente nos últimos anos do material analisado (década de 1920). Quanto às cartas de Euclides da Cunha (de 1890 a 1909), “tu” é a forma de eleição na interação com amigos e parentes (ainda que com o seu pai utilize “o senhor”<sup>3</sup>), com o uso esporádico de “você”, embora às vezes somente com a forma verbal correspondente.

Ainda no mesmo estudo, o *corpus* constituído por cartas do escritor Graciliano Ramos de Alagoas (AL) abrangem o período das décadas de 1910, 1920 e de 1930 e não se constata o uso de “você” nos períodos iniciais (embora “vocês” seja utilizado em referência ao conjunto da família). A forma “tu” é utilizada em interações com amigos e irmãos; com a esposa, o tratamento inicial é “tu” (primeira carta de 1928), havendo um único uso de “você” numa carta de 1930, para que então haja um período de alternância de uso das duas formas até que, em 1932, este seja o pronome de eleição (Menon, 2000).

O último autor cujas cartas foram analisadas por Menon (2000) foi Mário de Andrade (SP). Neste *corpus* composto por cartas das décadas de 1920, 1930 e 1940, observa-se claramente o comportamento diacrónico do uso das formas “tu” e “você”. Em cartas destinadas a Manuel Bandeira (datadas de 1922 a 1935) e a Sérgio Milliet (de 1923 a 1925), “tu” é a forma de eleição até 1924, sendo que nas cartas dos anos seguintes há uma ocorrência de “você” a Milliet e alternância nas cartas a Bandeira. Um segundo grupo de cartas a Sérgio Milliet datam de 1937 a 1940 nas quais ocorre somente o pronome “você”. Em cartas destinadas a Anita Malfatti (de

<sup>2</sup> Apesar de não ser o foco deste trabalho, menciona-se também o facto de a autora ter detetado a competição entre “vós” e “vocês” nas cartas do Conselheiro. Segundo Cintra (1972) a competição entre “vós” e “vocês” é mais antiga. Rumeu (2004) acredita que a gramaticalização do pronome se tenha dado primeiramente na forma plural.

<sup>3</sup> Sem deixar de lado a definição de “o senhor” como forma de tratamento, por motivos de fluidez do texto, considerar-se-á tal forma como um pronome.



1921 a 1939), a primeira carta inicia-se por “Exma. Snha. Anita Malfatti / Querida amiga” e Mário de Andrade usa “você”; nas cartas seguintes usa “tu” (até 1924) e a partir de 1925 usa somente “você”. Por fim, em cartas redigidas a outros destinatários a partir do fim de 1924, predomina o uso de “você”. Portanto, existe uma clara mudança de atitude em relação ao uso de “você” a partir do fim da década de 1920 e início da década de 1930. Entretanto, como bem aponta Menon (2000), o facto de uma forma surgir em registos escritos com certas características sugere que o seu uso oralmente já se fazia presente há mais tempo.

Atualmente, pode-se considerar que o pronome “você” substituiu o pronome “tu” até mesmo em tratamentos solidários e íntimos<sup>4</sup> (Yacovenco & Scardua, 2017), o que levou Biderman (1972-73) a considerar que são os pronomes “você” e “o senhor” que apresentam a distinção T/V de Brown & Gilman (1960), sendo “você” o pronome informal e “o senhor” o pronome que apresenta o traço [+formal].<sup>5</sup> No entanto, o que os estudos transversais demonstram é que os pronomes “tu” e “você” não ocorrem com frequências similares através do território brasileiro. Tais estudos serão descritos a seguir.

## 2.2 Em sincronia

Como bem aponta Pereira (2021) relativamente aos pronomes “tu” e “você”, “[no] PB atual, a variação diatópica dos pronomes é clara: a depender da região do país, privilegia-se uma ou outra forma pronominal, mas ambas ocorrem em todas as regiões com proporções diferentes.” Tal afirmação é corroborada por diversos estudos que se debruçaram sobre este assunto.

O estudo de Cardoso *et al.* (2014) avaliou a produção dos dois pronomes nas capitais estaduais e na capital federal do Brasil. Em todos os casos a produção de “você” foi maior do que a de “tu”, com exceção das capitais do Maranhão (MA), de Santa Catarina (SC) e do RS. Lopes e Cavalcante (2011) apresentam uma divisão do Brasil em três zonas dialetais descritas como (i) zona de maior uso de “você”, (ii) zona de maior uso de “tu” e (iii) zona em que ambas coocorrem. Ao passo que a primeira zona compreende um extenso território na parte central do Brasil, abarcando estados das regiões demográficas Centro-Oeste e Sudeste, além de alguns estados do Sul e do Nordeste limítrofes a essas regiões, a zona “tu” está restrita a estados periféricos do Sul, do Norte e do Nordeste. Já a zona dialetal em que ambas as formas coexistem mais equilibradamente está presente em todas as regiões demográficas do país. As diferenças encontram-se, portanto, a nível estadual e/ou municipal.<sup>6</sup>

A divisão proposta por Lopes e Cavalcante (2011) é na verdade uma simplificação dos seis subsistemas propostos por Scherre *et al.* (2009, posteriormente revisto por Scherre *et al.*, 2015). Nesta divisão, os autores consideram não só a variação existente na frequência de uso dos pronomes “tu” e “você” no PB, mas também outro fenómeno característico dessa variedade: a variação da flexão verbal quando o pronome “tu” é utilizado. Os autores comentam que, no PB, mesmo quando o pronome canónico “tu” é utilizado, a flexão que o acompanha, no entanto, é de terceira pessoa. Tal facto já tinha sido salientado por Menon (1995). A autora afirma que, no PB, o morfema flexional de segunda pessoa do singular é o mesmo morfema flexional de terceira pessoa do singular (o morfema Ø). Neste sentido, a variação encontra-se somente na eleição do pronome a ser

<sup>4</sup> Porém, o processo não parece ter ocorrido uniformemente noutras funções sintáticas, existindo uma manutenção do pronome clítico “te” e do possessivo “teu”, mesmo que “você” seja o pronome sujeito eleito (Biderman, 1972-73; Lopes, 2008; Silva, 1982).

<sup>5</sup> Contudo, o mesmo autor menciona que a forma “você” também pode ocorrer em contextos teoricamente reservados a “o senhor” (*e.g.*, no trato com superiores íntimos como membros mais velhos da família). Apesar de Rumeu (2013) cogitar um possível resquício de formalidade expresso por “você” – o que explicaria a preferência pelo seu uso nestas situações –, é provável que tal eleição ocorra mais pelo facto de “você” ser uma forma não marcada na opinião de Lopes *et al.* (2009). Para as autoras, baseando-se em dados recolhidos na cidade do Rio de Janeiro, “você” pode ser utilizado nos mais diversos contextos (em oposição ao pronome “tu”, que expressa maior intimidade ou proximidade, ficando restrito a estes contextos). Sendo assim, utilizar “você” em interlocuções com superiores íntimos seria uma estratégia para evitar o “exagero de formalidade” que pode ser expresso pelo uso de “o senhor” ao dirigirem-se a esses indivíduos. Não obstante, tal afirmação carece de estudos que a suportem.

<sup>6</sup> É importante salientar que quaisquer tentativas de criar mapas com a distribuição do uso desses pronomes esbarram no facto de que nem todas as localidades tiveram estudos que objetivassem avaliar a frequência de uso deles. Em muitos casos, os dados para uma determinada região baseiam-se na informação fornecida por apenas um estudo.



utilizado nas interações. Contudo, como é descrito por Scherre *et al.* (2015) a flexão não desapareceu de todo, havendo diferentes proporções no seu uso de acordo com os subsistemas propostos por eles.

O primeiro subsistema inclui as regiões que registam quase que categoricamente o uso de “você” e das suas variantes “ocê” e “cê”. Este subsistema corresponde praticamente à zona “você” descrita por Lopes e Cavalcante (2011) mencionada anteriormente. O segundo subsistema compreende as regiões com prevalência de “tu” acima de 80%, mas com baixa prevalência de flexão verbal de segunda pessoa (canónica). Tal subsistema compreende o estado do RS e ainda uma porção do estado do Amazonas (AM). O terceiro subsistema também possui uma maior prevalência de “tu” (com índices acima de 76%), mas a frequência de flexão canónica é maior, podendo chegar a rondar os 40%. Este subsistema também pode ser encontrado na fala de alguns indivíduos oriundos das regiões mencionadas no subsistema anterior, mas é mais presente em áreas do litoral de SC e no Pará (PA).

Os outros três subsistemas têm em comum o facto de que a distribuição das frequências de “tu” e “você” é mais equilibrada. Porém, no quarto subsistema, que engloba áreas de SC, do MA e do Tocantins (TO) observa-se uma certa tendência à maior produção de “tu” e a flexão é baixa. No quinto subsistema, uma preferência por um dos pronomes não é observada, mas aquando do uso do pronome “tu”, a concordância surge entre 10% e 40% das vezes. Esta área engloba diversos pontos do nordeste brasileiro, como o MA, o Piauí (PI), o Ceará (CE), a Paraíba (PB) e Pernambuco (PE), bem como do AM no norte e de SC no sul. Por fim, o sexto subsistema apresenta uma certa tendência para uma maior produção de “você” e a flexão canónica com o pronome “tu” nunca ocorre. Tal subsistema está presente no Distrito Federal (DF), no Acre (AC), em Roraima (RR), no RJ, em áreas de MG, do PR, do MA e na cidade de Santos (SP) e nos seus arredores (*cf.* Modesto, 2004, 2006).

Algumas das investigações nas quais se basearam Scherre *et al.* (2015) para a elaboração da proposta supracitada analisaram fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciavam tanto a alternância entre “tu” e “você”, quanto o uso da flexão verbal. Por exemplo, no caso do RJ, Lopes (2008) pôde constatar que são os falantes de classes mais altas que utilizam “você”, ao passo que os falantes de classes mais baixas alternam entre as duas formas. Lopes *et al.* (2009) comentam, com base noutros estudos, que, em geral, são os homens que favorecem o uso de “tu”, especialmente os jovens com baixa escolarização. Também referem a preferência por “tu” em atos diretivos, com contexto determinado ou situações mais íntimas e/ou solidárias. No mesmo sentido, “você” é estimulado em contextos mais neutros e indeterminados.

No estudo realizado na cidade de Santos (SP), Modesto (2006) pôde detetar uma maior probabilidade do uso de “tu” em referências diretas com o interlocutor, quando o nível de monitorização da fala é menor, quando o falante é menos escolarizado e quando se quer transmitir maior expressividade na fala, ou, nas palavras do autor, “quando se pretende uma abordagem mais contundente ao interlocutor” (p. 94). Ainda sobre este fator, o autor refere que se observa “o uso enfático do *tu*, no sentido de inquirir, questionar de maneira direta e expressiva sobre a informação recebida da qual o falante discorda totalmente” (*ibidem*). Além disso, há uma pequena tendência a maior uso de “tu” por homens. No entanto, é preciso salientar que muitos dos fatores mencionados interagem entre si, sendo necessária uma visão mais global do fenómeno para o compreender.

Num estudo conduzido em São Vicente (SP), cidade vizinha a Santos (SP), com alunos duma escola de Ensino Fundamental, Modesto (2004) pôde avaliar a perceção que tinham de cada um dos pronomes. Esses alunos descreveram o uso de “tu” como mais íntimo, coloquial/incorrecto, rude e informal, sendo reservado para uso entre amigos e irmãos. Já relativamente a “você”, descreveram-no como distante, mais correto, educado e formal, sendo apropriado para interações com estranhos e/ou superiores. O autor comenta que pode ser detetado um certo estigma relativamente ao pronome “tu”. Contudo, não parece ser impeditivo à sua produtividade.

Loregian-Penkall (2004), com dados orais de falantes do RS, constatou que o género, a escolaridade e a idade dos falantes influenciavam a produção dos pronomes estudados, sendo as mulheres, os indivíduos com mais escolaridade (nomeadamente em Porto Alegre) e os mais jovens os que davam preferência ao uso de “tu”. Num âmbito mais linguístico, pôde-se constatar que quando os falantes argumentavam, explicavam ou davam uma receita, tal pronome era priorizado. Da mesma forma, um referente determinado também foi um fator



importante para a sua produção. A partir de dados escritos provenientes da página numa rede social do restaurante universitário da Universidade Federal de Santa Maria no RS, Keller e Fontana (2019) apontam que a priorização de “tu” se dá em interações entre amigos, ao passo que funcionários da referida universidade, quando interagem com os alunos, utilizam a forma “você”.<sup>7</sup>

Por estar inserido o RS num subsistema de predominância de “tu”, mas com baixa concordância de segunda pessoa, Loregian-Penkal (2004) também se preocupou em analisar que fatores linguísticos e extralinguísticos a estimulam. Neste sentido, comenta que são os falantes menos escolarizados e os mais velhos que mais tendem a produzi-la. Além disso, cita a interlocução com o entrevistador, bem como discursos relatados e verbos no pretérito perfeito do indicativo como fatores linguísticos que a favorecem.

Pelo facto de no RS a flexão de segunda pessoa surgir em entrevistas sociolinguísticas, especialmente em interlocuções com o entrevistador, alguns autores consideram que o uso dessa marca flexional seja uma estratégia para maior formalidade durante a interação (cf. Amaral, 2003; Cavalheiro, 2016; Loregian-Penkal, 2004; Menon, 2000; Scherre, 2007). Neste sentido, Pereira (2021) propôs estudar a percepção que os falantes oriundos desse estado têm relativamente às diferentes formas de referência ao interlocutor existentes nesse dialeto. Os principais pontos de tal pesquisa serão detalhados a seguir.

### 2.3 O estudo de Pereira (2021) no Rio Grande do Sul

Tendo como estímulo a insinuação de que no RS o uso de flexão canónica confere maior formalidade aos enunciados, Pereira (2021) elaborou uma tarefa a que denominou *teste de julgamento de formalidade*.<sup>8</sup> Inspirado pelos tradicionais testes de aceitabilidade, elaborou um teste composto por 70 frases. Destas, 40 delas eram itens de teste que continham, em igual número, um dos seguintes pronomes: “tu” associado à flexão de terceira pessoa (T3) (1), “tu” associado à flexão de segunda pessoa (T2) (2), “você” (V) (3) e “o senhor” (S) (4); as restantes eram distratores que não contemplavam os pronomes em estudo (5). Por meio de uma escala de Likert, o autor instruiu os participantes a julgarem o nível de formalidade das frases de 1 a 5, sendo o valor 1 relativo a frases informais e o valor 5 a frases formais.

- (1) Tu entende muito bem disso.<sup>9</sup>
- (2) Tu deves ferver a água primeiro.
- (3) Você conhece a Argentina?
- (4) O senhor já cadastrou uma senha?
- (5) As minhas amigas não podem sair hoje.

Com os dados obtidos nesse teste, o autor pretendeu perceber se os falantes do português gaúcho (PBRS) atribuíam diferentes níveis de formalidade a cada um dos pronomes estudados. Além disso, e por ter realizado o estudo sob a luz dos pretextos da Sociolinguística Variacionista (Labov, [1972] 2008), relacionou os dados dos julgamentos ao perfil sociolinguístico dos participantes, nomeadamente em relação aos fatores género, idade, renda e escolaridade. Para evitar interferências de outros dialetos do PB, Pereira (2021) estabeleceu que só poderiam participar no estudo adultos que habitassem o RS e que lá tivessem vivido a maior parte da sua infância e adolescência. Ademais, pelo menos um dos pais ou responsáveis pela criação dos participantes tinha

<sup>7</sup> É importante salientar que as autoras também puderam observar o uso de “você” em interações entre alunos, facto que atribuem ao contexto em que estão – uma página oficial da universidade – o que pode ter-lhes instigado uma maior formalidade e, logo, priorizaram uma forma mais formal (ou menos informal).

<sup>8</sup> No mesmo estudo, o autor realizou outra tarefa, nomeadamente uma tarefa de seleção de vocábulos, na qual os participantes tinham de seleccionar vocábulos que considerassem como marcadores do seu dialeto. A intenção do autor foi verificar a assunção de alguns autores (e.g. Cavalheiro, 2016; Menon, 2000; entre outros) de que o pronome “tu” seria marcador de identidade dos falantes gaúchos (e, talvez, daí se explique a sua persistência no dialeto). Todos os participantes seleccionaram a opção “tu (falando com outra pessoa).” Para mais detalhes acerca desta tarefa, consulte o texto original.

<sup>9</sup> Exemplos retirados da tarefa.



de ter vivido a maior parte da sua infância e adolescência nesse estado. No total, 233 participantes executaram a tarefa.

O contexto considerado mais informal pelos participantes foi T3, com uma média de 2,28 (DP = 1,12) e o mais formal, S, com uma média de 3,89 (DP = 1,01). Na porção intermédia ficaram V, com uma média de 3,39 (DP = 1,00) e T2, com uma média de 3,42 (DP = 1,24). A análise estatística (teste de Wilcoxon com valores de  $p$  ajustados pela correção de Bonferroni) mostrou que V e T2 não eram estatisticamente diferentes ( $p = 0,064$ ), ao passo que todas as outras combinações o eram ( $p < 0,001$ ). O autor interpreta os resultados como indícios de que o sistema do PBRS seja “pelo menos na percepção dos falantes, triádico. Do mais informal ao mais formal, ‘tu’, ‘você’ e ‘o senhor’ compõem-no, todos associados à forma verbal de 3ª pessoa do singular” (p. 1674). Neste sentido, o que se observa é que T2 compete com V pelo pronome intermédio. Mais além, explica que o facto de T3 e S serem julgados como o mais informal e o mais formal, respetivamente, não é surpreendente, visto que essas formas pronominais, “[h]istoricamente, [...] têm sido atreladas a situações informais e formais [...] e, à partida, não há sinais de que isso se tenha modificado” (*ibidem*). Quanto a V e T2 estarem em pé de igualdade nos julgamentos, o autor não se pronuncia. No entanto, ao tentar explicar o porquê de T2 ser menos produtivo do que V no PBRS, cita que a preferência deste possa dever-se à pressão exercida pelos dialetos mais centrais do PB, responsáveis pela maior parte da produção dos meios de comunicação brasileiros, bem como por materiais didáticos<sup>10</sup> (Lopes, 2008; Martins, Maurer & Severo, 2016; Scherre *et al.*, 2015). Ainda assim, não se pode descartar uma manutenção dos traços de formalidade originais de V, dada a média obtida na tarefa (acima de 3, o valor central, portanto, tendendo à formalidade), os quais vão ao encontro da “nova” formalidade atribuída a T2 (que pode ter passado a ser interpretado como mais formal no momento em que T3 passa a ser uma alternativa a ele).

A afirmação anterior parece sustentar-se pelo cruzamento dos dados com a idade dos participantes.<sup>11</sup> Tendo sido os participantes divididos em quatro faixas etárias (18 – 29 anos, 30 – 39 anos, 40 – 49 anos e mais de 50 anos de idade), observaram-se diferenças significativas relativamente ao julgamento de T2 (teste de Kruskal-Wallis,  $p < 0,001$ ) e T3 (teste de Kruskal-Wallis,  $p < 0,001$ ). Destarte, os falantes dos dois grupos mais velhos consideram as frases com T2 mais informais do que os falantes mais jovens ( $p < 0,01$ ), sendo que os falantes acima de 50 anos também consideram as frases com T3 mais informais do que os membros das outras faixas etárias. Sobre isto, o autor discorre que os resultados podem indicar um processo de inserção de T3, visto que, sendo T2 julgado como mais informal por esses dois grupos, muito provavelmente, quando adquiriram o seu dialeto nativo, T2 era efetivamente uma forma informal no seu *input*. Por outro lado, os falantes entre os 40 e os 49 anos de idade acompanham os mais jovens relativamente a T3, pois é provavelmente nessa geração que a sua inserção definitiva ocorre (mas ainda sem a atribuição de maior formalidade a T2), bem como a perda de um possível estigma atrelado a ela, o que também justifica a sua avaliação como mais informal pelos falantes com mais de 50 anos (que, diferentemente daqueles da faixa etária 40 – 49 anos, conviveram com um T3 estigmatizado).

Nesse sentido, o autor recorre aos dados da pesquisa pioneira sobre a variação “tu”/“você” no PBRS, referindo que nesse estudo:

os participantes utilizaram a concordância canónica em 70% das vezes nos seus textos que envolviam interações entre amigos. Note-se que um participante no referido estudo que estivesse no início dos seus estudos universitários teria por volta de 19 anos à época e por volta de 60 aquando da realização do presente estudo. Foram justamente os falantes de nível universitário os que mais realizaram a flexão canónica em Guimarães (1979). (Pereira, 2021, p. 1677)

<sup>10</sup> Martins, Maurer e Severo (2016) salientam que desconhecem materiais didáticos utilizados no Brasil que utilizem o pronome “tu” em referência ao aluno (como, por exemplo, em enunciados de atividades).

<sup>11</sup> Por motivos de limitação, somente será abordada a variável “idade” por ser a única que apresentou efeito sobre os julgamentos. Refira ao texto original para a discussão concernente às outras variáveis sociais.



Para Pereira (2021), os seus dados quando aliados àqueles presentes na literatura “parecem sugerir que em meados do século passado, ‘tu’ com a flexão canónica ainda ocorria em proporções consideráveis e em situações informais no PBRS.” No mesmo sentido, cita Loregian-Penkak (2004), que constatou um maior uso de T2 pelos falantes mais velhos, bem como a utilização de V como estratégia para maior formalidade.

Por fim, o autor sugere realizar o mesmo estudo com falantes oriundos de outras regiões dialetais. Sendo assim, este estudo, seguindo a sugestão de Pereira (2021), propôs-se a replicar a experiência descrita nesta secção com outra população, nomeadamente falantes do português paulista (PBSP), cujo estado se insere em grande parte no primeiro subsistema de Scherre *et al.* (2015), aquele com predominância de “você”.<sup>12</sup>

A próxima secção detalhará as questões de investigação e as hipóteses.

### 3. Questões de investigação e hipóteses

Tendo em vista a fundamentação teórica apresentada até aqui, elaboraram-se três questões de investigação:

*Questão 1:* Os falantes do PBSP têm percepções distintas de grau de formalidade consoante os pronomes de 2ª pessoa do singular usados?

*Questão 2:* As percepções dos falantes do PBSP em relação aos pronomes de 2ª pessoa do singular são iguais às percepções dos falantes do PBRS?

*Questão 3:* Que fatores sociais influenciam na interpretação de formalidade das formas pronominais de segunda pessoa do singular no PBSP, havendo diferenças entre elas?

As hipóteses aventadas são as seguintes:

*Hipótese 1:* Há diferenças nas percepções de formalidade, perfazendo um sistema diádico, no sentido em que os pronomes T3 e V são julgados como informais e T2 e S como formais;

*Hipótese 2:* As percepções são diferentes daquelas obtidas pelos falantes do PBRS.

*Hipótese 3:* Os fatores sociais género, idade e escolaridade afetam a percepção de formalidade desses pronomes.

A secção a seguir detalhará a metodologia empregue neste estudo.

### 4. Metodologia

A recolha de dados seguiu o mesmo protocolo adotado por Pereira (2021). Por meio de um Formulário Google, os participantes tiveram de, primeiramente, concordar com a sua participação no estudo ao aceitarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida, procederam ao completamento de um questionário sociolinguístico. Tal questionário tinha como objetivo não só a recolha dos seus dados sociolinguísticos, mas também filtrar os participantes que possuíam o perfil adequado para a realização do teste, a saber: indivíduos maiores de 18 anos que tenham sido criados no estado de São Paulo. Também era critério de inclusão que pelo menos um dos seus pais tivesse sido criado nesse estado. O *link* para o questionário foi distribuído por contactos do autor aos seus conhecidos por meio eletrónico.

Destarte, um total de 81 participantes foram considerados elegíveis para a realização da tarefa. Por ter como objetivo este estudo a comparação com os resultados obtidos por Pereira (2021), a Tabela 1 resume os

---

<sup>12</sup> Salienta-se que, como citado na secção anterior, a região da cidade de Santos comporta-se de maneira distinta ao resto do estado de SP. Contudo, dada a forma como o inquérito foi conduzido, por meio da distribuição do *link* por contactos oriundos de cidades paulistas que não Santos (*cf.* Metodologia), as probabilidades de que tenha chegado até a essa região são diminutas.





dados obtidos por meio do questionário aplicado neste estudo e os dados relevantes oriundos do estudo com os falantes do PBRS:

	São Paulo		Rio Grande do Sul (Pereira, 2021)	
<i>N</i>	81		233	
Faixa etária (em anos)	18 – 29 = 26 (32,1%) 30 – 39 = 24 (29,6%) 40 – 49 = 15 (18,5%) 50 ou Mais = 16 (19,7%)		18 – 29 = 50 (21,5%) 30 – 39 = 99 (42,5%) 40 – 49 = 43 (18,5%) 50 ou Mais = 41 (17,6%)	
Gênero	Feminino = 64 (79%) Masculino = 17 (21%)		Feminino = 179 (76,8%) Masculino = 54 (23,2%)	
Escolaridade	Ensino Médio = 7 (8,6%) Ensino Superior = 37 (45,8%) Ensino Pós-Graduado = 37 (45,8%)		Ensino Médio = 45 (19,3%) Ensino Superior = 90 (38,6%) Ensino Pós-Graduado = 98 (42,1%)	
Local de criação dos pais	Somente em SP = 70 (86,4%) Parcialmente em SP = 11 (13,6%)		Somente no RS = 219 (94%) Parcialmente no RS = 14 (6%)	
Outras L1 além do português*	Não = 72 (88,9%) Italiano = 7 (8,6%) Espanhol = 5 (6,2%)		Não = 193 (82,8%) Alemão = 19 (8,2%) Italiano = 13 (5,3%) Espanhol = 6 (2,6%) Guarani = 1 (0,4%) Inglês = 1 (0,4%) Ucraniano = 1 (0,4%)	
L2 (independentemente do nível de proficiência alcançado)	Não = 10 (12,3%) Inglês = 69 (85,2%) Espanhol = 38 (46,9%) Alemão = 7 (8,6%) Francês = 9 (11,1%)	Italiano = 5 (6,2%) Japonês = 4 (4,9%) Mandarim = 1 (1,2%) Russo = 1 (1,2%)	Não = 45 (19,3%) Inglês = 173 (74,2%) Espanhol = 87 (31,3%) Alemão = 29 (12,4%) Francês = 19 (8,2%) Italiano = 17 (7,3%)	Mandarim = 2 (0,9%) Russo = 2 (0,9%) Japonês = 1 (0,4%) Latim = 1 (0,4%) Grego = 1 (0,4%)

Tabela 1. Perfil sociolinguístico dos participantes. \*Três pessoas indicaram mais de uma L1 na amostra de São Paulo e uma pessoa indicou duas na amostra do Rio Grande do Sul.

Ao satisfazerem os critérios de inclusão, eram levados à página seguinte em que lhes era explicada a metodologia empregada no estudo. Antes de iniciarem a execução da tarefa, os participantes tinham de realizar o julgamento de duas frases (que não continham os pronomes analisados no estudo) por meio de uma escala de Likert de cinco pontos, sendo 1 informal e 5 formal, como treino. A tarefa continha um total de 80 frases, sendo que 40 eram itens de teste distribuídos uniformemente nos seguintes contextos: 10 frases com T3; 10 frases com T2; 10 frases com V; e 10 frases com S. Em todos os casos os pronomes estavam expressos e na posição de sujeito. Os restantes 40 itens eram distratores com estruturas diferentes das anteriores.

Note-se que as frases usadas foram, em geral, as mesmas utilizadas por Pereira (2021), com pequenas adaptações relativamente ao léxico utilizado, visto que, naquele estudo, se fez uso de palavras regionais, típicas do PBRS, mas não do PBSP. Ainda assim, mesmo com tais adaptações, tomou-se o cuidado de que tal léxico não fosse, por si só, um elemento que interferisse no julgamento de formalidade da frase. No total, os



participantes percorriam cinco páginas do formulário, cada uma com 1/5 do total de cada contexto (16 frases). Ademais, todos os itens eram de resposta obrigatória e a ordem das frases em cada página mudava sempre que um participante acesse ao formulário.

A próxima secção trará os resultados obtidos neste estudo.

## 5. Resultados

Os resultados da tarefa de julgamento de formalidade evidenciaram diferentes médias para cada um dos pronomes analisados, podendo distribuí-los numa sequência do mais informal ao mais formal. O mais informal deles, T3, teve como média 2,54 (DP = 1,12). Em seguida, V surge com uma média de 2,83 (DP = 0,98), seguido por T2 com uma média de 3,45 (DP = 1,17). Por fim, julgado como o mais formal está S, com uma média de 3,73 (DP = 0,95). Quando se comparam os valores obtidos neste estudo àqueles provenientes da amostra do Rio Grande do Sul (Pereira, 2021), observa-se que os pronomes, de acordo com as suas médias, podem ser dispersos num gradiente idêntico aos da amostra de São Paulo. Contudo, podem ser notadas diferenças, nomeadamente nos valores das médias. A Tabela 2 resume os dados apresentados.

	T3	V	T2	S
São Paulo	2,54 (DP = 1,12)	2,83 (DP = 0,98)	3,45 (DP = 1,17)	3,73 (DP = 0,95)
Rio Grande do Sul (Pereira, 2021)	2,28 (DP = 1,12)	3,39 (DP = 1,00)	3,42 (DP = 1,24)	3,89 (DP = 1,01)

Tabela 2. Média de julgamentos por tipo de pronome. T3 = “tu” associado à flexão de terceira pessoa. T2 = “tu” associado à flexão de segunda pessoa. V = “você”. S = “o senhor”.

O segundo passo da análise debruçou-se sobre a análise estatística dos dados do PBSP por meio do programa RStudio (v. 1.4.1106). Numa primeira etapa, compararam-se as médias obtidas de modo que se pudesse observar se as diferenças eram estatisticamente significativas. O resultado do teste de Kruskal-Wallis indicou a presença de diferenças entre os pronomes ( $X^2 = 94,819$ ;  $df = 3$ ;  $p < 0,001$ ). Recorreu-se então ao teste de Wilcoxon (com valores de  $p$  corrigidos pela correção múltipla de Bonferroni), o qual demonstrou que todos os pronomes são diferentes uns dos outros ( $p < 0,001$ ), com exceção de T2 e S ( $p = 0,405$ ). Novamente, os resultados, quando comparados aos do PBSP, não são os mesmos. Neste caso, a diferença não significativa observada por Pereira (2021) com os falantes do RS encontra-se entre T2 e V ( $p = 0,064$ ), ao passo que todas as outras comparações demonstram diferenças estatisticamente significativas ( $p = < 0,001$ ) por meio do mesmo teste supracitado. A Tabela 3 compila os resultados do teste estatístico dos dois estudos em questão.

Par de Pronomes	$p$	
	São Paulo	Rio Grande do Sul (Pereira, 2021)
T2 – T3	<0,001*	<0,001*
T2 – V	<0,001*	0,064
T2 – S	0,405	<0,001*
T3 – V	0,046*	<0,001*
T3 – S	<0,001*	<0,001*
V – S	<0,001*	<0,001*

Tabela 3. Valores  $p$  do teste de Wilcoxon ajustado pela correção múltipla de Bonferroni das amostras de São Paulo e do Rio Grande do Sul (dados de Pereira, 2021). \* = valores  $p$  estatisticamente significativos.

Na última etapa analisaram-se os dados confrontando-os com o perfil social dos participantes, nomeadamente consoante o seu género, a sua idade e a sua escolaridade. Neste sentido, observaram-se diferenças em todas as variáveis indicadas, mas não em todos os pronomes. Devido ao espaço limitado para a



apresentação dos dados, opta-se por referir em pormenor no texto apenas os casos em que houve diferenças estatisticamente significativas. Estes e os restantes dados podem ser consultados nas Tabelas 4 e 5.

A análise considerando a variável género mostrou que as mulheres atribuíram às frases com T2 uma média de 3,59 (DP = 0,91), ao passo que os homens lhes atribuíram uma média de 2,91 (DP = 0,92), o que o teste de Wilcoxon com correção ajustada de Bonferroni mostrou ser significativo ( $W = 309$ ;  $df = 1$ ;  $p = 0,006$ ). Já em relação à faixa etária dos participantes, o teste de Kruskal-Wallis indicou haver diferenças nos julgamentos de T3 ( $X^2 = 10,9072$ ;  $df = 3$ ;  $p = 0,01$ ). As médias obtidas para cada faixa etária foram de 2,33 (DP = 0,89) para os falantes entre 18 e 29 anos de idade, 2,34 (DP = 0,68) para os falantes entre os 30 e os 39 anos de idade, 2,72 (DP = 1,01) para os falantes entre os 40 e os 49 anos de idade e 3,04 (DP = 0,82) para os falantes com mais de 50 anos de idade. Neste sentido, as diferenças foram observadas quando se compara o grupo dos falantes mais velhos da amostra com os falantes mais jovens ( $p = 0,001$ ) e com os falantes entre os 30 e os 39 anos de idade ( $p = 0,023$ ), não havendo diferenças ao comparar os indivíduos mais velhos com aqueles entre os 40 e os 49 anos de idade ( $p = 0,597$ ). Não foram detetadas diferenças relativamente aos outros pronomes abordados neste estudo.

Por fim, relativamente ao nível de escolaridade dos participantes, pôde-se observar que, concernente a V, os falantes pós-graduados lhe atribuíram uma média de 3,01 (DP = 0,55), os falantes com nível superior uma média de 2,66 (DP = 0,83) e aqueles com o ensino médio uma média de 2,81 (DP = 1,11). O teste de Kruskal-Wallis ( $X^2 = 7,8475$ ;  $df = 2$ ;  $p = 0,02$ ) apontou uma diferença estatisticamente significativa entre os julgamentos dos falantes pós-graduados e aqueles com nível superior ( $p = 0,012$ ), mas não entre os pós-graduados e aqueles com ensino médio ( $p = 0,163$ ) e entre aqueles com o nível superior e aqueles com o ensino médio ( $p = 0,852$ ). Assim como com as outras variáveis, não houve outras diferenças significativas em relação aos outros pronomes.

Variável Social	Médias (Desvio Padrão)			
	T3	V	T2	S
<b>Género</b>				
<i>Feminino</i>	2,57 (DP = 0,89)	2,84 (DP = 0,72)	3,59 (DP = 0,91)	3,78 (DP = 0,63)
<i>Masculino</i>	2,45 (DP = 0,82)	2,82 (DP = 0,91)	2,91 (DP = 0,92)	3,51 (DP = 0,82)
<b>Idade</b>				
<i>18 – 29 Anos</i>	2,33 (DP = 0,89)	2,84 (DP = 0,47)	3,50 (DP = 1,04)	3,80 (DP = 0,58)
<i>30 – 39 Anos</i>	2,34 (DP = 0,68)	2,69 (DP = 0,83)	3,48 (DP = 1,03)	3,68 (DP = 0,71)
<i>40 – 49 Anos</i>	2,72 (DP = 1,01)	2,81 (DP = 0,74)	3,19 (DP = 0,87)	3,78 (DP = 0,71)
<i>Mais de 50 Anos</i>	3,04 (DP = 0,82)	3,08 (DP = 1,00)	3,57 (DP = 0,77)	3,62 (DP = 0,78)
<b>Escolaridade</b>				
<i>Ensino Médio</i>	2,77 (DP = 0,99)	2,81 (DP = 1,11)	3,09 (DP = 0,81)	3,33 (DP = 0,66)
<i>Ensino Superior</i>	2,56 (DP = 0,91)	2,66 (DP = 0,83)	3,37 (DP = 1,01)	3,81 (DP = 0,76)
<i>Ensino Pós-Graduado</i>	2,48 (DP = 0,83)	3,01 (DP = 0,55)	3,59 (DP = 0,90)	3,72 (DP = 0,58)

Tabela 4. Média de julgamentos por tipo de pronome e por contexto social da amostra de São Paulo.

Variável Social	P			
	T3	V	T2	S
<b>Género</b>				
<i>Masculino / Feminino</i>	0,684	0,888	0,006*	0,137
<b>Idade</b>				
<i>18 – 29 Anos / 30 – 39 anos</i>	0,947	0,644	0,974	0,831
<i>18 – 29 Anos / 40 – 49 anos</i>	0,239	0,938	0,684	0,978
<i>18 – 29 Anos / Mais de 50 Anos</i>	0,009*	0,917	0,923	0,940
<i>30 – 39 Anos / 40 – 49 anos</i>	0,378	0,877	0,633	0,894



<i>30 – 39 Anos / Mais de 50 Anos</i>	0,023*	0,465	0,947	0,952
<i>40 – 49 Anos / Mais de 50 Anos</i>	0,597	0,827	0,526	0,960
<b>Escolaridade</b>	<b>T3</b>	<b>V</b>	<b>T2</b>	<b>S</b>
<i>Ensino Médio / Ensino Superior</i>	0,720	0,852	0,442	0,059
<i>Ensino Médio / Ensino Pós-Graduado</i>	0,614	0,163	0,139	0,124
<i>Ensino Superior / Ensino Pós-Graduado</i>	0,732	0,012*	0,264	0,620

Tabela 5. Resultados do teste de Wilcoxon ajustado pela correção múltipla de Bonferroni executado para a variável social gênero e do teste de Kruskal-Wallis executado para as variáveis sociais idade e escolaridade. \* = valores p estatisticamente significativos.

Tais resultados também se apresentam com diferenças em relação aos dados obtidos do PBRS, visto que só se observou a influência da idade sobre T2 e T3 (*cf.* Secção 2.3). Os resultados obtidos neste estudo, bem como as diferenças observadas nos resultados entre ele e o estudo de Pereira (2021) serão discutidos a seguir.

## 6. Discussão

Este estudo focou-se na interpretação do nível de formalidade das diferentes formas de referência ao interlocutor existentes no PB por falantes de um dialeto específico dessa variedade, o PBSP. Ademais, planeou-se comparar os resultados obtidos desses falantes com os resultados de outra população, o PBRS. Conforme a Secção 3, as duas primeiras questões de investigação indagavam se os falantes atribuíam distintos níveis de formalidade aos diferentes contextos pronominais estudados, nomeadamente T3, T2, V e S (Questão 1) e se esse comportamento era igual ou diferente ao dos falantes do PBRS (Questão 2). O que se pôde observar é que os falantes do PBSP efetivamente atribuem diferentes níveis de formalidade a esses pronomes, dispondo-os num gradiente que se inicia por T3, passa por V, T2 e culmina em S. Este é o mesmo gradiente observado no estudo de Pereira (2021) (*cf.* Tabela 2). Não obstante, ao passo que Pereira (2021) não encontra diferenças significativas entre V e T2, os falantes do PBSP não atribuem diferenças a T2 e S. Portanto, a Hipótese 1 não se confirmou, ao passo que a Hipótese 2 se confirmou.

De acordo com a Hipótese 1, esperava-se que T3 e V ocupassem a mesma posição de informalidade dadas as características do PBSP relativamente a V. Ora, como descrito na Secção 2.1, a região em que se insere o estado de São Paulo faz parte quase que totalmente do subsistema que prioriza a utilização de V em altas taxas, podendo até ser categórico (Scherre *et al.* 2015). Destarte, é efetivamente percebido como uma forma possível em interações de baixo nível de formalidade. De facto, quando se observa a média obtida por tal pronome, vê-se que o valor de 2,83 já está abaixo da neutralidade representada por 3 (*cf.* Tabela 2).

O facto de V se apresentar estatisticamente acima de T3 pode ter relação com quatro pontos. O primeiro tem que ver com T3. O uso da flexão verbal de terceira pessoa associada ao pronome “tu” é, apesar da sua alta produtividade no PB, considerada não normativa. Ademais, como descrito para o PBSP, o pronome “tu” raramente ocorre nesse dialeto, com exceção da região de Santos (Modesto, 2004, 2006; Scherre *et al.*, 2015). Além disso, sendo o estado de São Paulo um estado de alto peso na economia nacional brasileira, além de um grande influente em questões socioculturais no Brasil, é também possível que os falantes associem o T3 a falares não padrão de outras regiões. Logo, pode-se considerar que, sendo uma forma agramatical e associada a variedades não padrão, só há espaço para o seu uso em situações informais. Isto possivelmente “forçou” um julgamento mais baixo para T3 em relação a V.<sup>13</sup> O quarto ponto está relacionado às propriedades de V. Como descrito por Lopes *et al.* (2009), V perdeu os traços de formalidade antes a ele atrelados e passou a ser usado em interações informais. Contudo, parece que, na realidade, o processo foi o de expansão duma forma neutra,

<sup>13</sup> Não obstante, é importante referir que o valor de *p* obtido na comparação entre os dois pronomes foi de 0,046. Embora não se possa falar em “mais” ou “menos” diferente/igual em estatística, um valor tão próximo de 0,05 talvez tivesse sido alcançado com um número amostral mais abrangente.



a qual pode ser usada nos mais diversos ambientes. Assim, ao passo que T3 só é julgado maioritariamente com valores mais baixos, V admite valores em ambos os extremos do gradiente.<sup>14</sup>

Quanto a T2 e a S estarem no mesmo nível de formalidade, isto era esperado (*cf.* Hipótese 1). Relativamente a S, nunca perdeu o seu traço de formalidade (*cf.* Biderman, 1972-73; Lopes, 2006; Menon, 2000; entre outros), então já se esperava o seu julgamento como o pronome mais formal de todos. A inexistência de diferença estatística entre ele e T2 encontra-se, novamente, no facto de que o pronome “tu” ocorre em baixíssimas taxas no PBSP; mais além, quando ocorre, nunca ocorre com a flexão canónica (Modesto, 2006; Scherre *et al.*, 2015). Portanto, é muito provável que esses falantes só tenham contacto com T2 em ambientes tidos como formais, como, por exemplo, em livros didáticos e gramáticas do português na escola. Assim, criam a representação de que T2 seja mais formal, por estar mais próximo da norma padrão ensinada na escola (e, quem sabe, arcaico, por não ser produtivo nessa população).

Sendo os resultados obtidos com os falantes do PBSP diferentes daqueles obtidos pelos falantes do PBRS (*cf.* Hipótese 2), pode-se considerar que os falantes desses dialetos têm representações distintas do nível de formalidade dos pronomes de segunda pessoa do singular. Esta informação é especialmente relevante no que concerne a V. No caso do PBRS, esse pronome parece estar bem representado como um pronome de formalidade média, não sendo equiparado nem a T3 (mais produtivo em situações informais), nem a S (mais produtivo em situações formais). No caso do PBSP, apesar de haver diferenças estatisticamente significativas entre V e os pronomes referidos, estando ele, também, posicionado numa posição intermédia, afirmar que V tem a mesma representação em ambos os dialetos pode ser um pouco imprudente.

Primeiramente, as médias obtidas pelos julgamentos em cada população são claramente distintas. Enquanto no PBRS ela foi de 3,39, no PBSP, foi de 2,89. Sendo o valor 3 aquele que ocupava a posição central da escala de julgamentos, nota-se que, no primeiro caso, o julgamento o ultrapassa, tendendo mais à formalidade, ao passo que, no segundo, tende à informalidade. Em segundo lugar, se se compararem estes dados ao que diz respeito ao comportamento dessas populações, será possível notar que as frequências de V são diferentes. No PBRS, os dados de produção (principalmente oral) indicam diferentes percentagens (*cf.* Loregian-Penkál, 2004; Scherre *et al.*, 2015; entre outros), mas a preferência por T3 (e, esporadicamente, T2<sup>15</sup>) é clara. Já no PBSP, os dados não atestam a ocorrência de T2 e T3 só ocorre mais expressivamente numa zona específica do estado (*cf.* Modesto, 2004, 2006; Scherre *et al.*, 2015). Portanto, ainda que V seja considerado mais formal no PBSP do que T3, isso não lhe retira o estatuto de pronome que *pode* ser usado em situações informais, o que é corroborado pela média abaixo de 3 e pelos dados de produção.<sup>16</sup> Por fim, a interação de V com os outros pronomes também é diferente, tendo sido considerado mais informal do que T2 e S neste estudo e no mesmo patamar de formalidade do que T2 no PBRS.

Finalmente, a última questão de investigação relacionava-se com os fatores sociolinguísticos que poderiam intervir nos julgamentos. Neste sentido, a Hipótese 3 considerava que os fatores género, idade, e escolaridade teriam algum efeito, o que se confirmou. No caso do género, verificou-se que as mulheres consideram T2 mais formal do que os homens (médias de 3,59 e 2,91, respetivamente, *cf.* Tabela 4). Para esta diferença, pode-se considerar que, sendo as mulheres mais suscetíveis a questões normativas (*cf.* Labov, [1972] 2008), se tenham apegado ao facto já referido de que a flexão canónica de segunda pessoa seja uma estrutura atrelada ao registo mais formal imposto pela escola e assim as julgaram. Por outro lado, esta afirmação deve ser vista com cuidado por dois motivos. Em geral, as mulheres neste estudo julgaram todos os contextos analisados com médias mais

<sup>14</sup> Note-se que terem as médias apresentado uma pequena diferença nominal não é de todo indicativo de que os julgamentos individuais tenham sido similares. Por exemplo, a média de 1 e 5, de 2 e 4 e de 3 e 3 são todas 3. Neste sentido, reitera-se a importância de testes estatísticos que demonstrem com mais fiabilidade o real comportamento dos dados obtidos.

<sup>15</sup> Note-se que os estudos não entraram em pormenores em relação à formalidade dessas produções e analisam somente a oposição entre V e T3/T2 em conjunto.

<sup>16</sup> Salienta-se o verbo *pode* na afirmação, pois, como já referido nesta discussão e no referencial teórico que suporta este artigo, V parece ter perdido os traços de formalidade não no sentido de se tornar um pronome informal, mas de se tornar um pronome neutro relativamente à sua formalidade.



altas do que os homens. Apesar de só ter havido diferenças estatisticamente significativas com T2, não se pode descartar uma tendência global de fornecer avaliações mais altas. A segunda questão tem que ver com algo que também se observou no estudo de Pereira (2021) – as mulheres eram quase 4/5 da amostra (*cf.* Tabela 1). É possível que esta discrepância tenha criado algum tipo de interferência, pelo que se recomenda cautela ao analisar as assunções feitas neste parágrafo.

Concernente à idade dos participantes, o que se verificou foi que os falantes das faixas etárias mais jovens (18 – 29 anos e 30 – 39 anos) consideram T3 mais informal do que aqueles com mais de 50 anos de idade. Como menciona Pereira (2021), os dados estratificados por idade podem revelar aspetos da diacronia do fenómeno analisado. Neste caso, é possível que, para os falantes com mais de 50 anos, T3 ainda fosse uma alternativa na oralidade, mas já em competição com V, dadas as médias atribuídas em valores muito próximos (3,04 e 3,08, respetivamente). Para os mais jovens, que já adquiriram o seu dialeto num ambiente em que V é claramente a forma preferida em situações informais, T3 é avaliado como menos formal pelas mesmas razões descritas no quarto parágrafo desta Secção. Note-se, no entanto, que, como ocorreu com a variável anteriormente discutida, o número de participantes com mais de 50 anos de idade representava menos de 1/5 do total. Apesar de, neste caso, os números estarem um pouco mais balanceados, não é possível descartar efeitos de distorção devido às proporções desequilibradas.

A última variável social selecionada pela análise estatística foi a escolaridade dos participantes. Curiosamente, sendo T3 e T2 mais influenciados por fatores normativos, como já referido anteriormente, a diferença estatística foi encontrada nos julgamentos de V. Mais curiosamente ainda foi o facto de que a diferença ocorreu no sentido em que os falantes pós-graduados consideraram tal pronome mais formal (média de 3,01) do que os falantes com nível superior (média de 2,66), mas não mais do que os falantes com Ensino Médio (média de 2,80). Ou seja, a diferença foi observada em níveis adjacentes de escolaridade e não nos extremos. Assim como com as outras variáveis, tal resultado parece ter sofrido interferências do facto de que somente 8,6% da amostra possuíam o Ensino Médio completo. É bastante evidente que a análise ficou deveras comprometida, pelo que a inexistência de diferenças entre estes falantes e aqueles com pós-graduação precisaria de ser refeita com um número adequado de participantes por grupo; logo, quaisquer deduções tiradas a partir dos dados aqui apresentados poderiam ser facilmente refutadas, pelo que se considera melhor abster-se de emitir maiores conclusões.

Contudo, a comparação entre os pós-graduados e aqueles com o nível superior mantém-se exequível. Retomando o que se mencionou no parágrafo anterior, esperava-se que os julgamentos de T3 e de T2 sofressem influência do fator escolaridade. Tendo sido detetada uma diferença em relação a V, que ocorre amplamente nessa população, pode-se supor que essa diferença ocorra devido às interações sociais dos falantes. A possibilidade aventada aqui é de que, muito possivelmente, os falantes com nível pós-graduado transitam por ambientes mais formais do que os falantes com nível superior, interagindo mais frequentemente, por exemplo, no seu trabalho, com indivíduos em posições hierárquicas superiores, mas já sem as amarras de um tratamento distante e muito mais formal associado a S (devido à frequência do contacto com esses indivíduos). Desta forma, acabam por utilizar V em situações percebidas com diferentes níveis de formalidade (*i.e.*, na formalidade das interações – mas já mais próximas – com os colegas de trabalho de hierarquia superior e na informalidade das interações com amigos, conforme aquilo descrito para o funcionamento de V no PBSP).

Note-se que esta possibilidade, bem como todas aquelas consideradas nesta Secção, tem as suas falhas. Por exemplo, assumir que os falantes pós-graduados desta amostra têm mais contacto com indivíduos em posições superiores na hierarquia numa empresa é apenas uma conjectura. Porém, salientando-se que as análises de cunho sociolinguístico devem levar em conta diversos aspetos da vida social dos falantes, nenhum dado foi recolhido nesse sentido, pelo que estudos futuros podem levá-los em consideração.

## 7. Considerações Finais



Embora se considere que o pronome “você” é o pronome informal no PB (cf. Biderman, 1972-73; Head, 1979), não se observa, no território do Brasil, uma homogeneidade relativamente aos pronomes de segunda pessoa do singular. Apesar da afirmação de Menon (2000), de que “tu” e “você” são apenas variantes da mesma variável e a escolha de um ou outro é fruto de variação dialetal, este estudo, aliado a outros que abordaram o mesmo assunto, mostrou que as diferenças diatópicas vão mais além da escolha lexical, sendo valores diferentes de formalidade a eles atribuídos por falantes de diferentes regiões. Neste sentido, enquanto o PBSP parece ir ao encontro das afirmações de que “você” é um pronome informal, no PBRs, é claro o julgamento mais formal atribuído a ele. Dadas as disparidades observadas nas regiões relativamente à produção dos pronomes “tu” e “você”, talvez o problemático da afirmação de que o sistema pronominal do PB é diádico esteja na sua generalização como tal, sem levar em consideração as particularidades dos subsistemas originalmente propostos por Scherre *et al.* (2009).<sup>17</sup>

Ainda assim, da mesma forma que aponta Pereira (2021), ressalta-se que este estudo se baseou na interpretação de frases descontextualizadas pelos falantes (não é possível avaliar o comportamento produtivo deles), excluindo fatores de ordem pragmática que poderiam intervir no julgamento que os falantes emitiram.<sup>18</sup> Por fim, uma crítica que pode surgir tem que ver com a utilidade de submeter os falantes a julgamentos de, neste caso, contextos pronominais que não são produtivos no seu dialeto (como é o caso de T2). Sobre isto, considera-se que, mesmo que uma estrutura não ocorra na comunidade (*i.e.*, não seja produtiva), os seus falantes devem tê-la representada de alguma maneira, pois são a ela expostos (seja pela escolarização, seja por contacto com falantes de outras regiões). Neste sentido, os estudos da sociolinguística podem apoiar-se em diferentes metodologias que vão mais além da produção espontânea (a qual, embora mais fiável relativamente às formas que são efetivamente usadas pelos falantes, não traz dados exaustivos) de modo que se possa realizar uma análise mais robusta dos fenómenos linguísticos estudados.

## 8. Agradecimentos

Agradece-se à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Madeira e à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alexandra Fiéis do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa pelos comentários acerca deste estudo, à Dr<sup>a</sup> Luísa Pilz do Centro de Cronobiologia e Sono do Hospital de Clínicas de Porto Alegre pelo auxílio nos testes estatísticos e a todos que se dispuseram a participar neste estudo ou que partilharam o *link* de acesso. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da bolsa de doutoramento 2021.05667.BD e do projeto UIDB/03213/2020 e UIDP/03213/2020 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

## 9. Referências

- Amaral, L. I. (2003). *A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações lingüísticas e sociais*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Biderman, M. T. (1972-73). Formas de tratamento e estruturas sociais. *Alfa*, pp. 339-382.
- Brown, R. & Gilman, A. (1960). The pronouns of power and solidarity. In *Style in Language* (pp. 253-276). Cambridge, MA: MIT.
- Cardoso, S. A., Mota, J. A., Aguilera, V. A., Aragão, M. S., Isquerdo, A. N., Razky, A. & Margotti, F. W. (2014). *Atlas Linguístico do Brasil* (Vol. 2). Londrina: EDUEL.

<sup>17</sup> Um revisor anónimo questiona sobre a existência de estudos que tenham observado o julgamento da formalidade associada às variantes “ocê” e “cê”. Durante a pesquisa bibliográfica para esta investigação não se encontrou nenhum estudo que tivesse observado o fenómeno em questão, pelo que uma pesquisa voltada a essas variantes, por ser complementar aos dados aqui trazidos, será muito bem-vinda.

<sup>18</sup> Oliveira, Lopes e Carvalho (2016) realizaram uma tarefa com participantes que assistiram a vídeos com interações entre pessoas e depois tiveram de julgar a adequação dos pronomes utilizados nas interações. Tal metodologia parece ser apropriada se se quiser envolver fatores pragmáticos na análise das interpretações.



- Carreira, M. H. A. (2003). Les formes allocutives du portugais européen: évolutions, valeur et fonctionnements discursifs. In *Coloquio pronombres de segunda persona y formas de tratamiento en las lenguas de Europa*. Paris: Instituto Cervantes de Paris.
- Cavalheiro, V. M. (2016). *As diferentes regras de uso das formas tu e você e suas influências na compreensão de narrativas literárias*. Tese de Doutorado. Porto: Universidade do Porto.
- Cintra, L. F. (1972). *Sobre "formas de tratamento" na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Coan, M. & Freitag, R. M. (2010). Sociolinguística variacionista: Pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Domínios de Linguagem*, 4 (2), pp. 173-194.
- Cunha, C. & Cintra, L. (1984). *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Guimarães, A. M. (1979). *A ocorrência de 2ª pessoa: estudo comparativo sobre o uso de tu e você na linguagem escrita*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Head, B. J. (1976). Social factors in the use of pronouns for the addresses in Brazilian Portuguese. *Readings in Portuguese Linguistics*, pp. 289-343.
- Keller, T. & Fontana, P. (2019). O uso de tu e você na posição de sujeito em posts de fan page do Facebook do restaurante universitário da UFSM. *Cadernos do Instituto de Letras*, 59, pp. 220-240.
- Labov, W. (2008). *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial [1972].
- Lopes, C. R. (2006). Correlações histórico-sociais e linguístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil - séculos XVIII e XIX. In G. Ciapuscio, K. Jungbluth, D. Kaiser & C. Lopes (Eds.), *Sincronia y diacronia: de tradiciones discursivas en Latinoamérica* (pp. 187-214). Frankfurt: Vervuert/Bibliotheca Ibero-Americana.
- Lopes, C. R. (2008). Retratos da variação entre "você" e "tu" no português do Brasil: Sincronia e diacronia. In C. Roncarati & J. Abraçado (Eds.), *Português Brasileiro II - contato linguístico, heterogeneidade e história* (1ª ed., Vol. 2, pp. 55-71). Niterói: EDUFF.
- Lopes, C. R. (2015). Tópicos de história do português pelo viés da gramaticalização. *LaborHistórico*, 1(2), pp. 197-209.
- Lopes, C. R. & Cavalcante, S. (2011). A cronologia do voceamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Linguística*, 25, pp. 30-65.
- Lopes, C. R., Marcotulio, L. L., Silva, A. S. & Santos, V. M. (2009). Quem está do outro lado do túnel? Tu ou Você na cena urbana carioca. *Neue Romania* (39), pp. 49-67.
- Loregian-Penkall, L. (2004). *(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da Região Sul*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná.
- Martins, R. L., Maurer, C. F. & Severo, P. F. (2016). O tu e você no paradigma pronominal do português brasileiro em cartas pessoais. *Revista (Con)textos Linguísticos*, 10(16), pp. 86-102.
- McCleary, L. (2009). *Sociolinguística*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Menon, O. P. (1995). O sistema pronominal do português do Brasil. *Letras* (44), pp. 91-106.
- Menon, O. P. (2000). Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: Tu/você/o senhor em Vinhas da Ira. *Letras de Hoje*, 35 (1), pp. 121-164.
- Modesto, A. T. (2004). Formas de tratamento em São Vicente: julgamento de valor. Em A. P. Caramori (Ed.), *Português ou Brasileiro: Que língua é essa?* (1 ed., pp. 47-55). São Paulo.
- Modesto, A. T. (2006). *Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância tu/você na cidade de Santos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Nascimento, M. F., Mendes, A. & Duarte, M. E. (2018). Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro. *Diadorim*, 20, pp. 245-262.
- Oliveira, T. L., Lopes, C. R. & Carvalho, B. B. (2016). A expressão da 2ª pessoa do singular em cenas legendadas: variação e percepção numa abordagem experimental. *Revista Todas as Letras*, 18 (2), pp. 117-132. doi:<http://dx.doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v18n2p117-132>
- Pereira, E. C. (1935). *Grammatica histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.





Pereira, R. (2021). Formalidade e pronomes de segunda pessoa do singular no português gaúcho: dados de interpretação. *Revista de Estudos da Linguagem*, 29 (3), pp. 1651-1684. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.29.3.1651-1684>

Rumeu, M. C. (2004). *Para uma história do português no Brasil: Formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rumeu, M. C. (2013). A variação "tu" e "você" no português brasileiro oitocentista e novecentista: Reflexões sobre a categoria social gênero. *Alfa: Revista de Linguística*, 57, pp. 545-576.

Scherre, M. M. (2007). Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. *Alfa*, 51 (1), pp. 189-222.

Scherre, M. M., Lucca, N. N., Dias, E. P., Queiroz, C. & Martins, G. F. (2009). Usos dos pronomes você e tu no português brasileiro. *Comunicação apresentada no II SIMELP*. Universidade de Évora.

Scherre, M. M., Dias, E. P., Andrade, C. & Martins, G. F. (2015). Variação dos pronomes "tu" e "você". Em M. A. Martins, & J. Abraçado (Eds.), *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro* (pp. 133-172). São Paulo: Contexto.

Silva, G. O. (1982). *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Silva, M. L. (2009). A lingüística e a soiolingüística numa perspectiva brasileira. *Revista Filosofia Capital*, 4, pp. 23-39.

Weinreich, U., Labov, W. & Herzog, M. (2006). *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola.

Yacovenço, L. C. & Scardua, J. R. (2017). A variação pronominal de segunda pessoa: Contribuições da sociolinguística para o ensino de língua portuguesa. *Working Papers Linguística*, 18 (2), pp. 171-191.

